

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O PERFIL DO JOVEM TRABALHADOR

ELETRICITÁRIO

César Alexandre dos Santos¹

Resumo

Este artigo se propõe a analisar como a “nova” morfologia do capitalismo, resultado da recente globalização que reorientou as ações governamentais de Estados Nacionais como o Brasil, influenciou diretamente as dimensões da precarização do trabalho e a formatação do perfil dos novos empregados do Setor Elétrico brasileiro. Além da leitura da bibliografia referente ao assunto, utilizamos a Companhia Paranaense de Energia (Copel) como ambiente empírico para análise desse processo. Buscamos apreender num primeiro momento, as mudanças ocorridas na empresa na década de 2000 que demonstraram-se totalmente alinhadas ao neoliberalismo em curso, tais como: mudanças no estatuto salarial com a flexibilização dos contratos de trabalho (terceirização); na organização do trabalho com novos métodos de gestão (toyotismo); e na base tecnológica com introdução de tecnologias informacionais. Procuraremos demonstrar o impacto da reestruturação produtiva na subjetividade dos novos contingentes de trabalhadores eletricitários contratados na década de 2000 e as alterações profundas ocorridas no metabolismo social do trabalho do eletricitário e seus impactos na saúde e na individualidade pessoal desses operários.

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (SP), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (PR) e professor da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranaíba (PR) (casalexan@yahoo.com.br – 44 3423-5622).

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Introdução

A mundialização² do capital foi a principal resposta neoliberal à crise estrutural capitalista desencadeada a partir de 1970: “A crise estrutural decorreu da sobreposição de várias crises, quais sejam: crise de superprodução, crise do sistema financeiro internacional estabelecido em Bretton Woods, crise energética, crise do padrão tecnológico, crise do fordismo e crise da hegemonia dos EUA. Esses processos históricos estavam entrelaçados” (Corsi, 2013, p.53). A expansão capitalista levou a flexibilização das economias nacionais, as privatizações dos serviços públicos e a reestruturação produtiva das empresas em todo o mundo (Chesnais, 1996; Bernardo, 2000; Harvey, 2004).

Os principais efeitos da reestruturação produtiva atingiram o Brasil no início da década de 1990³, especialmente com as privatizações. Submisso ao ideário neoliberal⁴ e pressionado pelos organismos internacionais multilaterais e instituições nacionais como a Confederação Nacional da Indústria, o governo nomeou representantes do capital para órgãos estratégicos do governo federal. O Ministro Bresser Pereira, por exemplo, assumiu o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado com a missão de desencadear o processo de privatizações das estatais prestadoras de serviços públicos, tais como: telefonia, siderurgia, aviação, energia elétrica, entre outras. O governo intensificou o discurso favorável as privatizações afirmando que as estatais eram ineficientes e deficitárias, e que isso traria qualidade e competitividade aos serviços, tarifas menores, recursos para sanar as finanças públicas e financiar a saúde, educação e ação social. A escassez de investimentos no setor público, o desvio de dinheiro e a utilização político-eleitoral das

² “A mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos de Thatcher e Reagan”. (Chesnais, 1996, p. 34)

³ Na década de 1990 o Banco Mundial impôs uma série de restrições aos países subdesenvolvidos para captação de recursos, exigiu a diminuição do déficit público como forma de alcançar o chamado “ajuste econômico”. Essas medidas exigiram enxugamento do estado pela diminuição da participação deste em setores como educação, indústria, transporte, telecomunicações, energia elétrica, entre outros (Banco Mundial, 1997)

⁴ O alinhamento ideológico do discurso governamental às diretrizes do capital internacional pode ser confirmado pelas posições incisivas do ministro da Luiz Carlos Bresser Pereira no primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC - 1995 a 1998). Coordenou a desnacionalização da economia, defendia a redução das funções do estado através das privatizações, terceirizações, ajuste fiscal do governo e reforma administrativa do Estado, diminuindo sua participação em setores onde houvesse a presença da iniciativa privada, entre outras (Pereira, 1997, pg. 18-19).

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

empresas estatais construiu um ideário popular favorável às privatizações e dificultou qualquer mobilização social contrária.

Para Oliveira (1988, 1998), até o final da década de 1990 as empresas estatais eram produtoras de “*antivalor*” ou de “*antimercadorias*”⁵, pois priorizavam o desenvolvimento social ao invés do lucro. Com a abertura dos ativos públicos ao mercado financeiro através das privatizações e/ou mercadorização⁶, essas empresas passaram a priorizar o lucro dos acionistas. Para Huws (2008, p. 1-2) a privatização dos “Serviços Públicos” que ocorreu em todo mundo elevou esse “serviço” ao *status* definitivo de “mercadoria”. A autora conceitua esse processo como *commodification of public sector work* (mercadorização do setor de serviços públicos). Nesta nova configuração, tanto as empresas publicitadas⁷ como as privatizadas se mercadorizaram totalmente.

Assim, na década de 1990 o Brasil foi incorporado definitivamente pela onda capitalista da mundialização, que impôs ao governo brasileiro o alinhamento às diretrizes dos organismos representantes do capital internacional, capitaneado pelo Banco Mundial. Para isso, iniciou a desregulamentação da economia nacional através da desestatização das empresas públicas, inclusive as companhias elétricas estaduais e federais. A mercadorização do serviço de energia elétrica⁸ foi

⁵ A partir de 1940 o governo Brasileiro, pressionado pela sociedade e pela indústria nascente, gradativamente assumiu os serviços de atendimento nas áreas de água, eletricidade, telefonia, entre outros. A estatização desses serviços, que se tornaram públicos, repassou ao estado parte dos custos necessários a reprodução da força de trabalho. Esse processo desonerou os custos do setor privado, na medida em que barateou salários, que passaram a dar conta apenas de alimentação, moradia, entre outros. Os recursos utilizados para financiar as estatais tiveram origem no *fundo público*, por isso tinham uma função sociopolítica, na medida em que não visavam prioritariamente gerar mais-valia. Neste sentido, Oliveira (1988, 1998) afirma que essas empresas públicas funcionaram como uma espécie de *anticapital*, geradoras de *antimercadoria* ou *antivalor*, pois não tinham como prioridade a geração do lucro.

⁶ Mercadorização refere-se à tradução do termo *commodification* apresentado por Huws (2008) e refere-se ao processo de transferência direta (privatização) ou indireta (venda de ações no mercado) das empresas públicas para o setor privado ocorrido em todo o mundo, especialmente a partir da década de 1970 e que atingiu os países do primeiro mundo, e mais tardiamente as economias periféricas como o Brasil. Como resposta à nova dinâmica expansionista do capital na atualidade, os serviços públicos revestem-se cada vez mais de um caráter mercadológico (Santos, 2009).

⁷ Empresas “publicitadas” referem-se aquelas que apesar de permanecerem sob o comando do estado, não podem ser classificadas como estatais, pois foram transformadas em uma organização de direito privado com ações no mercado, embora o estado permaneça como acionista majoritário. (Pereira, 1997, p.19). A Copel é um exemplo desse tipo de empresa, no entanto, utilizaremos o termo “comodificada” para classificá-la, pois este delimita com maior precisão o caráter mercadológico que a empresa adotou. (Santos, 2009).

⁸ O presidente Fernando Collor desencadeou a “reforma do estado” com criação do Plano Nacional de Desestatização (PND), em 1990. Essas medidas foram aprofundadas pelo presidente FHC, do PSDB, que em 1993 promulgou a lei 8666 que regulamentou as licitações e contratos públicos dificultando a contração de empréstimos pelas estatais. No mesmo ano editou a lei 8631 que extinguiu a equalização tarifária e permitiu a cobrança de tarifas de energia elétrica diferenciadas entre as empresas. Em 1995 sancionou a lei 9074 alterando concessões entre geradoras e distribuidoras criando o “produtor de energia elétrica independente”, permitindo ao setor privado produzir e comercializar energia. As

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

um dos resultados dessa ofensiva capitalista, tanto que no Brasil a maioria das empresas do setor foram privatizadas. Essa conjuntura, de cariz predominantemente privatista, provocou profundos desdobramentos no mundo do trabalho e influenciou diretamente a constituição de um novo perfil para o trabalhador eletricitário, estabelecido a partir da desregulamentação dos serviços públicos de Energia Elétrica do Brasil.

O ambiente da pesquisa: A Companhia Paranaense de Energia - Copel

A pesquisa foi desenvolvida junto aos trabalhadores da Companhia Paranaense de Energia – Copel. Trata-se uma empresa controlada pelo governo do Paraná, mas que sempre esteve subordinada as diretrizes do governo federal. A própria criação da empresa demonstrou-se uma iniciativa alinhada estrategicamente com a política desenvolvimentista federal da década de 1950. Neste sentido, a Copel foi constituída em 1954 visando atender as demandas sociais e desenvolvimentistas do estado do Paraná. Gradativamente absorveu as empresas privadas do setor e hoje detém a concessão da exploração de energia elétrica em praticamente todo o estado (99%). Atua nos três estágios de produção da energia elétrica: a **Geração** (usinas produtoras de energia), a **Transmissão** (torres e linhas de transporte de energia em Alta Tensão – acima de 138 kV⁹) e a **Distribuição** de energia elétrica (transporte e venda de energia em média e baixa tensão para os consumidores residenciais, industriais e comerciais). Nos últimos anos, de olho nos novos nichos econômicos, a empresa diversificou sua atuação para áreas secundárias, tais como: a produção de energia eólica e térmica, a distribuição de gás, a transmissão de dados via fibra ótica e desenvolve atualmente o projeto PLC (*Power Line Communications*) que utilizará a rede elétrica como meio físico de sistemas de comunicação de dados em banda larga (Internet).

primeiras grandes estatais privatizadas foram a Excelsa (ES) em 1995 e da Light (RJ) em 1996. Em 1996 publicou a lei 9427 e em 1998 o decreto 2335 que criou a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) para regular o setor elétrico privatizado. Em 1997 baixou duas portarias 459 e 466 regulamentando livre acesso para os consumidores aos sistemas de Transmissão e Distribuição de energia elétrica. Através da resolução 94/98 introduziu as empresas privadas no mercado de geração. Em 1998, através da lei 9648 criou o MAE (Mercado Atacadista de Energia) e ONS (Operador Nacional do Sistema) e instituiu vários mecanismos de competição e tarifação diferenciados para cada empresa.

⁹ Kilovolt – unidade de medida de tensão elétrica – 1 kV equivale mil volts.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

O número de unidades consumidoras da empresa ligado ao sistema elétrico estadual é de 3.952.721, distribuídas em 395 dos 399 municípios do estado, 1 de Santa Catarina e 1.117 localidades (cidades, distritos e agrupamentos rurais). Esses consumidores estão distribuídos aproximadamente em 3 milhões de lares, 104 mil indústrias, 360 mil estabelecimentos comerciais, 77 mil de prestação de serviços e 410 mil propriedades rurais. O atendimento é feito por cerca de 9468 trabalhadores próprios e 5524 terceirizados¹⁰. A *Geração* do sistema elétrico compreende 21 usinas (19 hidrelétricas, 1 termoeétrica e 1 eólica) com potência instalada de 4.756 mW (Mega Watts), sendo que 15 usinas e 14 subestações elevadoras são *automatizadas* e *teleoperadas*. O sistema de *Transmissão* é feito em alta tensão e tem 2173 km de linhas e 32 subestações *automatizadas* acima de 230 kV. O sistema de *Distribuição* atende os consumidores urbanos e rurais através de 357 subestações abaixo de 230 kV (351 *automatizadas* e operadas a distância) e 184.984 km de linhas e redes, o que permitiria dar a volta ao mundo quatro vezes.

Além disso, a Copel possui 7945 km de cabos de fibra óptica que forma o anel principal do sistema óptico de telecomunicações do Paraná e 16053 km de cabos radiais que atendem 324 cidades e 1569 clientes no sistema integrado de comunicação de dados¹¹. Assim a empresa atua diretamente em quatro áreas de negócio: a geração, transmissão, distribuição de energia elétrica e o serviço de telecomunicação e transmissão de dados. Buscando atender aos interesses de maior lucratividade dos acionistas a empresa sofreu várias mudanças organizacionais, estruturou-se na forma de *holding*¹² e criou cinco subsidiárias: *Geração e Transmissão*, *Distribuição*, *Telecomunicações*, *Participações* (em outras empresas) e *Renováveis* (novas formas de energia). A estrutura diretiva é composta pelo presidente, pelos diretores das cinco subsidiárias, por um diretor de gestão empresarial, um de finanças e relações com investidores, um de relações institucionais, um desenvolvimento de negócios e um adjunto.

A *Distribuição* abarca cerca de 80% dos trabalhadores da empresa, sendo responsável pela comercialização direta da energia elétrica junto aos consumidores. Concentramos a pesquisa junto

¹⁰ DIEESE – 2013 – Tabela de empregados (próprios e terceirizados) da Copel – 2001 a 2012

¹¹ Dados – www.copel.com – Jan/2014. Incluindo os consumidores livres, dentro e fora da área de concessão.

¹² *Holding* é uma empresa criada para participar de outras empresas como sócia ou acionista. No caso da Copel o objetivo foi dividir o capital da empresa de forma a facilitar o processo de privatização. Neste modelo, apesar de dividida, a empresa mantém a centralização da direção da holding nas mãos de um presidente, indicado e subordinado ao governador do Estado do Paraná.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

aos trabalhadores dessa área, pois foi nela que as transformações tecnológicas e as redefinições dos processos de trabalho se deram de forma mais aguda. Em função da diversidade de atividades desta área, focamos nosso estudo nos processos de trabalho das três categorias majoritárias: eletricitistas, eletrotécnicos e técnicos comerciais. Os eletricitistas são responsáveis pelo atendimento emergencial e comercial diretamente junto ao cliente final e foi nessa categoria que o processo de terceirização foi mais intenso (atualmente 30% do quadro é formado por eletricitistas terceirizados). Os eletrotécnicos e técnicos comerciais não sofreram a terceirização, mas foram submetidos a uma profunda racionalização do trabalho através da automação e da informatização dos processos, diminuindo sensivelmente postos de trabalho. As mudanças resultantes da reestruturação produtiva foram determinantes para constituição do caráter nitidamente mercadológico atual da empresa.

A escolha da Copel como ambiente de pesquisa, se deveu ao fato de que os estudos realizados em empresas do Setor Elétrico nacional referem-se na maioria, àquelas que foram privatizadas e onde o conflito entre capital e trabalho aparece de forma mais explícita. Diferentemente, a Copel desde que foi constituída em 1954 sempre permaneceu sob o controle do governo paranaense, sendo considerada assim uma “empresa pública”. Num ambiente desse os conflitos de classes estão mais camuflados, porém também presentes, já que são inerentes ao sistema do capital. Na Copel, assim como nas empresas privatizadas de São Paulo¹³, a desestatização se deu a partir da reestruturação produtiva¹⁴ que se tornou o carro chefe das

¹³ Em São Paulo, os governos do PSDB (estadual e federal) utilizaram as estatais paulistas como o principal laboratório privatista do Setor Elétrico Nacional. No final da década de 1990 as principais empresas elétricas estatais no estado eram a Eletropaulo que distribuía energia elétrica para região do Vale do Paraíba, Baixada Santista, Região Metropolitana de São Paulo, Sorocaba e arredores; a CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz que atendia a área central e norte do estado e a CESP - Companhia Energética de São Paulo - responsável pela maioria da geração e transmissão de energia. Neste caso, a ação ideológica deu-se de “fora para dentro” das empresas e o governo desenvolveu uma forte campanha “demonstrando” a ineficiência das empresas elétricas paulistas, buscando convencer a sociedade que as privatizações resultariam na melhoria da qualidade dos serviços e na diminuição de déficits. Junto aos trabalhadores agiu coercitivamente através de demissões e terceirizações das atividades, o que enfraqueceu as organizações sindicais e dificultou a resistência dos trabalhadores. A venda das empresas foi rápida, radical e profunda, quase 100% da distribuição de energia elétrica e, boa parte da transmissão e geração foi vendida.

¹⁴ A reestruturação produtiva da Copel teve início em 1996 com investimento substancial na informatização de suas atividades, adquiriu computadores, automatizou equipamentos, redes, usinas e subestações. Também diminuiu postos de trabalho: em 1995 a empresa possuía 8835 trabalhadores e em 2001 (ano da tentativa de privatização) chegou a 5854 (Informativo Copel, 1995, 2001). Isso foi possível graças ao incremento tecnológico, às padronizações e os diversos PDV's editados (Plano de Demissão Voluntária). No intuito de facilitar sua venda, em 1999 a Copel foi dividida em cinco empresas distintas: Distribuição, Transmissão, Geração, Telecomunicação e Tecnologia & Informação e vendeu o seu laboratório de pesquisa e desenvolvimento (LACTEC). No final de 1999 o governo do Paraná lançou oficialmente o processo de privatização, travando uma luta intensa com setores da sociedade civil e sindicatos contrários a

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

mudanças no ambiente de trabalho, transformando substancialmente as relações de classe no interior dessas empresas. A diferença é que na Copel, esse processo se deu de forma mais requintada e fetichizada que no caso paulista, porém o seu resultado também foi extremamente perverso para os trabalhadores.

Com o cancelamento do leilão de privatização da Copel em 2001¹⁵, a venda da empresa foi frustrada e a alternativa do governo para flexibilizá-la foi agir de “dentro para fora”. Para isso, intensificou o ideário toyotista através do programa de “qualidade total” e dos grupos de estudos mesclados, constituídos por trabalhadores, supervisores e gerentes, que se reuniram para discutir melhorias e padronizar os processos de trabalho. As melhores práticas (saber operário) foram consensadas e transformadas em manuais informatizados e/ou *softwares*, que se tornaram propriedade da empresa. O discurso toyotista (discurso da “gestão participativa”) tornou-se o principal mecanismo ideológico de cooptação e de influência sobre a subjetividade dos trabalhadores, agindo tanto sobre a consciência como sobre a inconsciência humana (Alves, 2013, p.9). O toyotismo captura a subjetividade dos trabalhadores com maior facilidade e potencializa a absorção da mais valia, aumentando substancialmente a lucratividade do capital. O trabalho em equipe abranda a hierarquia e a tensão entre patrões e empregados e “quebra” da rigidez fordista (Antunes, 1995, p.16).

Reverberações da ideologia toyotista no interior de uma empresa “pública”

A massificação do programa toyotista na Copel através do “programa de qualidade total”, especialmente na última década, encantou os trabalhadores e criou um falso clima de harmonia onde “todos se sentem pertences do mesmo time”. O termo trabalhador foi substituído por

privatização. Como a Copel era altamente lucrativa o discurso do governo estadual para justificar sua venda fundava-se na afirmativa que os recursos obtidos com a venda seriam aplicados em saúde, educação, ação social, entre outras.

¹⁵ A disputa política e jurídica atrasou o leilão de venda da empresa, que somente foi marcado para o final de 2001, porém a crise financeira mundial e os atentados de 11 de setembro ao *World Trade Center* nos EUA provocaram o refluxo dos investidores internacionais e, nenhum dos interessados na compra da empresa se propôs a pagar o preço mínimo estabelecido pela Assembleia Legislativa de R\$ 400 milhões para venda. No final de 2001, após a vitória de Roberto Requião no estado e de Lula no governo federal o processo de venda da Copel foi interrompido definitivamente.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

“colaborador”, o “embate entre as classes” deu lugar ao “consentimento”. A empresa introduziu novas formas de ganhos salariais (participação de lucros, produtividade, prêmios por metas) e assim, cooptou a maioria do operariado (Santos, 2009). O ambiente estabelecido na “empresa flexível” cria o fetiche da “harmonia” entre capital e trabalho e camufla o antagonismo de classes, próprio do capitalismo. “Para fazer funcionar os novos dispositivos técnicos organizacionais da empresa toyotizada, o trabalho vivo é obrigado não apenas a “vestir” a camisa da empresa, mas “dar a alma” (corpo e mente) ao capital” (Alves, 2007, p.173).

A adesão dos operários à reestruturação na Copel foi tão eficaz, que muitos assumiram “voluntariamente” a função de “facilitadores do programa de qualidade” com a tarefa de motivar os demais a aderirem às práticas toyotistas, reproduzindo assim mais facilmente a ideologia da gestão participativa. Além de aderirem às práticas flexíveis no interior da empresa, vários desses trabalhadores desenvolveram trabalhos voluntários em escolas ou entidades reproduzindo conceitos e práticas toyotistas, tais como: 5 S, controle de estoques, grupos de estudo, padronizações, entre outros (Santos, 2009, p.69-70). Segundo Alves (2013, p.10) no capitalismo atual o trabalho ideológico de vários profissionais tais como o professor, o instrutor, entre outros, tem a função de ampliar o efeito dessa ideologia.

Na atualidade, a captura da subjetividade constitui o núcleo central do controle ideológico do capital sobre os trabalhadores, visa conquistar mentes e corações do operariado e criar a ideia de que os objetivos de todos são comuns. Se no passado o fordismo apropriava-se do “saber fazer operário” de forma coercitiva, atualmente o toyotismo aprofunda isso, porém o faz através da cooperação voluntária destes trabalhadores. Ao transferir o seu conhecimento (trabalho vivo) para o Capital, o operário aumenta a sua dependência em relação ao sistema, intensifica a alienação e o estranhamento em relação ao seu trabalho e deixa de ser proprietário da força de trabalho (conhecimento) que passa a ser incorporado aos meios de produção capitalista na forma de trabalho morto¹⁶.

Atualmente os eletricitistas da Copel dependem totalmente da tecnologia e das padronizações para execução de suas atividades. Utilizam um programa computacional, desenvolvido por eles

¹⁶ Apesar de que efetivamente essa captura não ocorra de forma absoluta, pois isso representaria a supressão total da categoria trabalho, base da espoliação capitalista e da extração da mais-valia.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

mesmos em conjunto com o Setor de Tecnologia e Informação da empresa (TI) que foi instalado em *Tablets*¹⁷ e que possui todos os fluxogramas padronizados das tarefas. Registram passo a passo o trabalho, em tempo real, desde a saída de casa, o deslocamento, o início da tarefa, o final, o retorno e o material utilizado. A cada comando, o programa informa automaticamente o próximo passo. Sem esse equipamento é impossível executar as tarefas. Além disso, o *Tablet* é um telefone que rastreia 24 h por dia a posição e o tempo de parada de cada equipe, facilitando a medição da produtividade e da ociosidade dos eletricitistas. A partir desse histórico a empresa estabeleceu a meta de 90% de produtividade individual, pactuada através de “contratos de gestão” entre as áreas e entre os trabalhadores e gerentes. Outros *softwares* também foram desenvolvidos para controlar a produção de outros trabalhadores da empresa, como os técnicos comerciais e operacionais.

A cooptação e alienação, aprofundadas através da ideologia, levou a maioria dos trabalhadores do Setor Elétrico nacional a adotarem uma postura passiva frente a privatização e/ou mercadorização das empresas¹⁸. Durante a tentativa de venda da Copel em 2001, por exemplo, os operários além de não criarem mecanismos de resistência contra a desestatização, organizaram-se em grupos para comprar ações da empresa (detinham o direito a cotas) para em seguida vendê-las com ágio no mercado financeiro. No interior da “classe” prevaleceu o individualismo e a pouca solidariedade entre os trabalhadores, gerando uma onda de passividade que dificultou a mobilização contra a privatização/mercadorização da empresa. O clima de demissões, a precarização do trabalho e as terceirizações criaram um clima de rivalidade entre os trabalhadores próprios e terceirizados que executavam atividades idênticas, porém com salários diferenciados. Essa realidade fragmentou a capacidade de mobilização dos sindicatos, que ao mesmo tempo, não criaram/atualizaram mecanismos de resistência para contrapor essa ofensiva capitalista.

Conforme Huws (2006, p.29) nas últimas décadas o capitalismo alterou profundamente o mundo do trabalho e levou os trabalhadores a perderem o “sentimento de pertencimento à classe”, reduzindo o poder de mobilização sindical. A ideologia neoliberal passou a atuar no “chão da

¹⁷ Um *tablet*, também conhecido como *tablet PC* ou simplesmente *tablete*, é um dispositivo pessoal em formato de prancheta que pode ser usado para acesso à Internet, organização pessoal, visualização de fotos, vídeos, leitura de livros, jornais e revistas e para entretenimento com jogos, comunicação de dados, entre outros. Apresenta uma tela sensível ao toque (touchscreen) que é o dispositivo de entrada principal. A ponta dos dedos ou uma caneta aciona suas funcionalidades. É um novo conceito: não deve ser igualado a um computador completo ou um smartphone, embora possua funcionalidades de ambos.

¹⁸ FNU - Federação Nacional dos Urbanitários (1999).

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

fábrica”, corroborando para alienação do trabalhador e dificultando a formulação de outra proposta de organização societária alternativa a atual. Estudos de empresas submetidas ao toyotismo indicam que a rotina das decisões conjuntas (trabalhadores e patrões) cria a falsa impressão de nivelamento e de harmonia entre capital e trabalho e encobre os interesses antagônicos das classes. O ambiente toyotista na Copel criou o fetiche da “igualdade” e diminuiu sensivelmente a função do sindicato de mediar a relação entre patrões e empregados, transformando-o numa estrutura anacrônica, fora de tempo e de lugar. A reestruturação produtiva imposta pelo neoliberalismo visa adequar a empresa às exigências do mercado, simplifica e precariza atividades laborais, diminui e terceiriza a força de trabalho, enfraquece os sindicatos e retira conquistas trabalhistas (Harvey, 2004, p.123).

Nas últimas décadas a acumulação flexível reestruturou a produção e transformou a base produtiva, precarizando o trabalho. Essa foi uma das maiores ofensivas da história do capital sobre a classe trabalhadora. A flexibilização das empresas do setor renovou profundamente o quadro funcional eletricitário, seja pelas demissões motivadas pela privatização (maioria do país), seja pelos Programas de Desligamento Voluntário – PDV (caso paranaense). Tanto que em dezembro de 2013 a Copel reeditou o PDV e demitiu cerca de 1400 trabalhadores (15% da força de trabalho própria) que se encontravam aposentados pela previdência oficial, isso representou perda substancial de conhecimento técnico para empresa. Nas últimas décadas, por caminhos diferentes as empresas enxugaram e renovaram sua força de trabalho.

O novo perfil do trabalhador eletricitário: precarizado e subsumido

Forjados e influenciados diuturnamente pelo ambiente multifacetário da ideologia neoliberal, disseminados pelos meios de comunicação social, pelas escolas, pelas igrejas, pelas famílias e pelo trabalho, os jovens da atualidade são bombardeados desde muito cedo pelo discurso individualista do consumo (ter) em detrimento ao coletivo (ser). Incorporam os preceitos e conceitos liberais da: concorrência, habilidades, iniciativa, criatividade, proatividade, flexibilidade, produtividade, competências, empregabilidade, metas, entre outras. Mais suscetíveis aos fetiches do capital sonham com a prosperidade, com uma carreira promissora e acreditam no mito burguês que

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

“o sol nasce para todos”. O capitalismo dialoga ao mesmo tempo com a totalidade social e com a vida cotidiana através de valores comuns: cooperação, realização pessoal, destaque social, entre outros.

O jovem trabalhador é expressão da “sociedade da tecnologia” (caracterizada pela velocidade das mudanças, pela flexibilidade, pela competitividade), por isso, quando entra na empresa torna-se profundamente subsumido ao capital, formal e intelectualmente. Na Copel a ideologia da gestão participativa disseminada pelo toyotismo reforçou esse comportamento, envolvendo os jovens, conquistando-os objetiva e subjetivamente. Esses jovens que ingressaram na empresa na última década, enquadram-se numa faixa etária entre 25 e 35 anos e possuem alta escolaridade. Os eletricitistas, por exemplo, têm formação em eletrotécnica, engenharia elétrica ou em outros cursos superiores. Para o capital, uma força de trabalho jovem e escolarizada aprende as tecnologias com maior facilidade, está mais disposta a participar de treinamentos, é mais suscetível às exigências da empresa flexível (toyotizada), tais como a polivalência, a flexibilidade, a cooperação, a criatividade, entre outras.

Apesar desse elevado perfil educacional, os atuais eletricitários não demonstram uma visão crítica da realidade de exploração e da precariedade a que estão submetidos, ao contrário demonstram-se muito mais alienados e estranhados em relação ao seu trabalho se comparados aos antigos eletricitistas. Esses jovens são frutos do seu tempo (“filhos” do neoliberalismo), não têm memórias de lutas sociais e caracterizam-se por uma forte individualidade. Talvez por essa razão opõem-se tanto às organizações sindicais e as lutas coletivas, diferentemente das gerações anteriores. Para maioria dos jovens trabalhadores da Copel, os sindicatos são estruturas sem função e ultrapassadas (Santos, 2009). A indiferença em relação às instituições sindicais aparece no baixo índice de sindicalização dos novos trabalhadores na empresa¹⁹.

Na obra “Americanismo Fordismo” (1978), Gramsci relata como o comportamento fabril fordista/taylorista determinava o discurso ideológico que moldou o comportamento social de sua época, por isso, afirmou que “a hegemonia vinha da fábrica”. Nos últimos 30 anos a ideologia neoliberal atuou num movimento inverso, primeiro cooptou os diferentes segmentos sociais (escola, educação, estado) e em seguida utilizou-os como ferramentas para moldar perfil dos jovens, que já

¹⁹ Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia Elétrica de Maringá e Região – STEEM.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

entram adaptados à empresa flexível. É fato porém, que esse processo é realimentado de forma dialética, ou seja, o trabalhador ao mesmo tempo que é influenciado pela sociedade, também a influência pela sua prática social. O “fetiche da qualificação”, disseminado como fator determinante da empregabilidade, ganhou mentes e corações de trabalhadores, de patrões e até de sindicalistas, rebaixando a categoria trabalho a condição de simples mecanismo de subsistência do trabalhador e não como uma forma de efetivação social. A maioria crê que a empregabilidade depende exclusivamente do aprimoramento educacional, como se o capitalismo atual tivesse a capacidade de absorver toda força de trabalho disponível. Quando esse novo trabalhador, com alto grau de instrução, se depara com a realidade de baixos salários, da falta de perspectiva de ascensão profissional, do subemprego e do desemprego, experimenta a precarização econômica e existencial, já que são desfeitos seus sonhos e suas esperanças de constituir uma família, de ter ascensão profissional e de alcançar uma aposentadoria na empresa (diferente das gerações anteriores). Isso aumenta o estresse e o surgimento de doenças ocupacionais (Santos, 2009).

Outro resultado dessa precarização é alta rotatividade da força de trabalho (*Turn over*), na Copel por exemplo, atualmente cerca de 30% dos trabalhadores próprios pedem demissão antes de completar dois anos de trabalho. Apesar do avanço das forças produtivas, o capitalismo atual não é capaz de realizar os sonhos coletivos e nem individuais dos trabalhadores, não existe espaço para todos na “sociedade de consumo”, isso cria um excedente de força de trabalho no mercado que barateia os salários. Se no passado o exército de reserva, ao qual Marx se referia, era composto por um grande número de trabalhadores caracterizados por um baixo nível de ensino, no neoliberalismo isso se mantém, com uma diferença, apesar de ainda tratar-se de uma grande quantidade de força de trabalho disponível e precarizada, ela apresenta-se agora com um alto nível de instrução.

O neoliberalismo impôs às empresas a sua total flexibilização como única forma de permanência no mercado. Apesar de vários estudos apontarem o incremento tecnológico e a redefinição dos processos de trabalho como os principais responsáveis por essa flexibilização, defendemos que foi a ação ideológica produzida pelo discurso da “gestão toyotista” sobre os trabalhadores que mais corroborou para efetivação desse processo. Associado a essa ação interna, o capitalismo se impôs sobre sociedade, envolvendo-a com o discurso sedutor de uma “sociedade de consumo para todos”:

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Quando os interesses de um grupo precisam prevalecer sobre o de todos os outros grupos como sendo o interesse da sociedade como um todo, a ideologia ocupa uma função vital na reprodução do ser social. Torna-se mediação nos conflitos de interesse gerados no campo econômico, que são enfrentados mediante a criação de complexos sociais ideológicos, com a função de regular as relações entre os homens, em resposta as necessidades da totalidade social (Costa, 2006, p.12).

O neoliberalismo mascara a realidade da exploração com muita eficiência, envolve todos, articulando e influenciando o cotidiano e a totalidade social. Desta forma aprofunda e encobre mais facilmente as divisões e os conflitos entre as classes, “(...) dizem respeito aos conflitos ocorridos no modo de produção capitalista, o modo de produção mais desenvolvido da história humana, envolvem, num sentido cada vez mais profundo, a totalidade da vida social” (Alves, 2010, p.54).

Alinhado às diretrizes do capital internacional, o Setor Elétrico brasileiro privatizou e/ou mercadorizou as empresas. A Copel, apesar de manter o governo do Paraná como acionista majoritário²⁰, foi totalmente mercadorizada e, desde 2010 tem suas ações negociadas nas principais Bolsas de Valores do mundo. Para isso, a empresa precarizou atividades, demitiu trabalhadores próprios, terceirizou serviços, reduziu salários, aumentou o subemprego (estagiários), retirou direitos trabalhistas, estabeleceu metas e controle de tempos, diminuiu o tempo morto na execução das tarefas, entre outros. As atividades que incorporaram tecnologias foram precarizadas pela automação e simplificação dos comandos, pré-determinados e padronizados. A expropriação do conhecimento tácito dos trabalhadores pelo toyotismo barateou os salários da empresa e do setor²¹ e conseqüentemente, também precarizou a força de trabalho.

O discurso da empresa flexível coopta a maioria dos trabalhadores, possibilitando a redução do tempo de vida (lazer) destes, que é transformado em tempo de trabalho não remunerado. Um exemplo disso são os eletricitistas da Copel que passaram a se comportar como “gerentes empresários”, sempre à disposição da empresa, permanecendo 24 Hs conectados ao trabalho através dos “seus” *Tablets*. O surgimento do modo de vida *Just in Time* refere-se a subsunção formal e intelectual dos trabalhadores ao capital, fruto do aumento da carga ideológica sobre os operários,

²⁰ Composição acionária da Copel: Estado do Paraná 31,1%, BNDESPAR 24%, Eletrobrás 0,6%, BM&Bovespa 31,3%, NYSE 12,8%, Outros 0,2% (Copel - Relatórios Gerenciais: 2014)

²¹ DIEESE, julho de 2013

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

exigindo o atingimento de metas pactuadas e o conseqüente aumento da mais-valia, especialmente pelo avanço do tempo de trabalho sobre o tempo de lazer, principalmente pelo uso da tecnologia (Alves, 2013, p.5). É assim que o avanço do ideário neoliberal busca deslocar cada vez mais a categoria trabalho para um papel periférico e secundário, retirando sua centralidade.

Considerações finais

A partir da análise do processo de mercadorização da Copel²², inserido no contexto de mundialização do capital, é possível constatar que os novos trabalhadores que ingressaram no setor elétrico brasileiro na última década, apesar de se caracterizarem pela alta escolaridade, paradoxalmente são intensamente precarizados objetiva e subjetivamente no exercício de seu trabalho e na vida fora da empresa. Esse processo aparece evidenciado tanto nas empresas elétricas privatizadas como nas empresas estatais, a exemplo da Companhia Paranaense de Energia, que apesar de permanecer sobre o controle acionário do governo paranaense foi totalmente mercadorizada, passando a guiar-se pelas orientações do mercado financeiro. Apesar do conflito de classes evidenciar-se mais explicitamente nas empresas privadas, também está presente em empresas públicas, embora de forma muito mais camuflada. O embate de classes é inerente ao capitalismo. Na Copel, os efeitos diretos desse processo foram: desemprego, estresse, doenças ocupacionais, alterações psicossociais, desesperança e crises existenciais em vários operários.

Ficou evidenciado que o novo ambiente elétrico caracterizado pela precariedade, influenciou diretamente na constituição do novo perfil dos trabalhadores do Setor Elétrico brasileiro. Diante das mudanças estruturais no modo de gestão, nas bases tecnológicas e no modo de regulação salarial das empresas do Setor Elétrico, provocadas pelo capitalismo internacional que

²² O estudo do caso Copel refere-se à dissertação de mestrado realizada em 2009. A Copel, apesar de permanecer sob controle acionário do estado mercadorizou-se, especialmente pela abundante venda de ações no mercado financeiro. A tradução da expressão “*commodification*”, conceituada no texto de Huws (2006), refere-se à mercadorização dos Serviços Públicos ocorridas em grande parte do mundo desencadeadas pelo capitalismo atual.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

determina as diretrizes dos estados nacionais, fica evidenciado o impacto que isso teve na objetividade e subjetividade do jovem trabalhador eletricitário, que teve de moldar-se às novas exigências neoliberais.

A análise das mudanças estruturais implementadas na Copel nas últimas duas décadas permitiu-nos constatar as profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho dos eletricitários, tais como mudanças no estatuto salarial com a flexibilização dos contratos de trabalho; na organização do trabalho com novos métodos de gestão e na base tecnológica com introdução de tecnologias informacionais. O impacto da reestruturação produtiva da empresa na subjetividade dos novos contingentes de trabalhadores eletricitários contratados ao longo da década de 2000, foi determinado pelas alterações do metabolismo social do trabalho operário eletricitário que afetaram diretamente a saúde e a individualidade pessoal desses trabalhadores.

As várias dimensões da precarização laboral verificadas na COPEL, permite-nos concluir que hoje, nas condições do capitalismo global, a precarização do trabalho assume forma complexa baseada principalmente no novo método de gestão toyotista voltado para a “captura” da subjetividade do trabalho, articulado com as novas tecnologias informacionais e a precarização do estatuto salarial via terceirização e contratos flexíveis, que fragmenta o coletivo do trabalho na empresa. Esse “novo modo de ser” da precarização do trabalho eletricitário, articulado com a “nova” morfologia capitalista leva a precarização existencial do trabalhador, afetando sua saúde e sua vida pessoal. Seja por convencimento e/ou consentimento, esses “novos” trabalhadores apresentam-se nitidamente mais qualificados, porém mais precarizados; mas instruídos, porém muito mais subsumidos ao capital se comparados com as gerações anteriores. Assim o capital, mais do que nunca, revigora e intensifica sua principal característica de exploração da força de trabalho.

Bibliografia consultada

ALVES, G. Trabalho e Mundialização do Capital: A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização. Londrina: Editora Praxis, 2ª. Edição, 1999.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

_____ O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

_____ Trabalho e Sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “Década Neo Liberal” (1900-2000). Revista de Sociologia Política, UFPR, 19, p.71-94. Nov.2002. In: <http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/sociologia/search>. 13/10/2005

_____ Trabalho e Subjetividade: Ensaio sobre o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. Tese de Livre Docência – UNESP, 2007

_____ Lukács e o Século XXI: trabalho, estranhamento e Capitalismo Manipulatório. Ed. Praxis, Londrina - Pr, 2010

_____ Crise estrutural do capital, maquinafatura e precarização do trabalho – a questão social no século XXI. Textos & Contextos (Porto Alegre), v.12, n2, p. 235 – 248, jul/dez 2013

ALVES, G., CORSI, F. L Dossiê "Globalização". Revista de Sociologia Política, UFPR, 19, p.7-10. Nov.2002. In: <http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/sociologia/search>. 27/11/2005.

AMORIM, H. André Gorz e seus críticos. Org. J. P. Silva e I. J. Rodrigues, Ed. Annablume, 2006.

ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica. Biblioteca Virtual. In: www.aneel.gov.br. 09/11/2005

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora – Unicamp, 1995.

_____ As Dimensões da Crise no Mundo do Trabalho.
In: <http://www.oohodahistoria.ufba.br/04antune.html>. 15/12/2005.

_____ (org.) Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. 3ª. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.

ARAÚJO, A. M. C. Globalização e Trabalho: uma resenha da literatura. BIB 52, 2001. 2º. Semestre.

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1997 – O Estado. R. J., Fundação Getúlio Vargas, 1997

BARBOSA, E. R. N. Privatização do Setor Elétrico: discussões preliminares. Art. do VI Congresso Internacional Del CLAD. In: <http://www.clad.org.ve/anales6/barboeli.html>. 15/12/2005

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

BERNARDO, J. Transnacionalização do Capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos? Ed. Boitempo, S.P., 2000

BIANCHETTI, L. As novas Tecnologias do Espaço-Tempo do Saber Tácito dos Trabalhadores. In: Quando Estar Liberto da Necessidade do Emprego é um Tormento, 1ª. Ed. Petrópolis, Vozes, 1999.

BIHR, A. Da Grande Noite à Alternativa: O movimento Operário Europeu em Crise. p. 69-82. São Paulo. Editora Boitempo, 1ª ed., 1998.

BRAGA, R. O trabalho na trama das redes: para uma crítica do capitalismo cognitivo. EPTIC – Revista de Economia Política da las Tecnologias de la Información y Comunicación. www.eptic.com.br – vol. VI, n.3, Sep. – Dec. 2004.

_____ Uma sociologia da condição proletária contemporânea. Revista Tempo Social, jun. 2006, v. 18, nº 1

_____ Por Uma sociologia da condição proletária contemporânea. 30º. Encontro Anual da ANPOCS, out. 2006

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede. Ed. Paz e Terra, SP, 1999

CASTRO, N. J. Avanços na Reestruturação do Setor de Energia Elétrica. R. J., Art. IE-URFG, 2003. In: <http://www.provedor.nuca.ie.ufrj.br/eletrobras/artigos/castro6.htm>. 13/12/2005.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. Panorama do setor de energia elétrica no Brasil. Rio de Janeiro: Eletrobrás, 1998. In: http://www.eletrobras.gov.br/EM_Biblioteca/biblioteca_setor.asp. 10/11/2005.

CHAUÍ, M. Convite à Filosofia. Ed. Ática, São Paulo, 2000

CHESNAIS, F. A mundialização do Capital. São Paulo: Editora Xamã, 1996

COPEL - Informativos Trimestrais: 1997 a 2009.

_____ - Relatórios Gerenciais: 2014

CORSI, L.F. Crise do Capitalismo Global no Mundo e no Brasil. Bauru, SP. Editora Canal6, 2013

COSTA, G. M. Lukács e a ideologia como categoria ontológica da vida social. Revista Urutágua no. 09, Maringá, 2006

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

COSTA, L. R. A Crise do Fordismo e o Embate entre Qualificação e Competência: conceitos que se excluem ou que se completam?. (art.) Revista Política & Trabalho, no. 26, abril, 2007, p. 127-142.

DANTAS, M. Informação e Globalização na Era do Conhecimento. URFJ IE – Instituto de Economia. Campos, R.J., 1999.

_____ Informação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo. Revista Lua Nova, n°. 60, 2003

DIEESE - Perfil ocupacional dos empregados do setor de energia elétrica no Brasil: 1998/2004. Estudos e Pesquisas – ano 3 / n° 28 – dezembro de 2006.

_____ – As tarifas de energia no Brasil: sistemática de correção e evolução dos valores. Nota Técnica – n° 58 – dezembro de 2007.

_____ - Boletim do Setor Elétrico. Julho de 2013

_____ – 2013 – Tabela de empregados (próprios e terceirizados) da Copel – 2001 a 2012

DOOB, M.H. A Evolução do Capitalismo. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FAYET, L. A. Reflexões sobre a Privatização da Copel – 2001. In: <http://www.fayet.com.br/2001privatizacao.htm>. 25/11/2005.

FIRJAM. Atualidades do Setor Elétrico Nacional. GASE - Grupo de Acompanhamento do Setor Elétrico, Rio de Janeiro, 2003.

FNU – Boletim da Federação Nacional dos Urbanitários (2010)

FONTES, V. Capitalismo, Exclusões e Inclusão Forçada. (art.) Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol.2, no. 3, 1996, p.34-58

GOMES, A. A. C. Reestruturação das Indústrias de Rede: Uma Avaliação do Setor Elétrico Brasileiro. Biblioteca depositária Central da Universidade Federal de Santa Catarina- CAPES, 1998.

GOUNET, T. Fordismo e Toyotismo: na civilização do automóvel. Ed. Boitempo, S. Paulo, 1999.

GRAMSCI, A. Americanismo e Fordismo. In *Obras escolhidas*. Tradução de Manuel Cruz, São Paulo: Martins Fontes, 1° edição, 1978

_____ Concepção Dialética da História. 5° Edição – Tradução Carlos Nelson Coutinho, Ed. Civilização Bras, R. Janeiro, 1984

HARVEY, D. Condição Pós Moderna. Ed. Loyola, S.P., 1993

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

_____ O Novo Imperialismo. Ed. Loyola, 1ª. edição, S.P., 2004

HELOANI, J. R. Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar. Ed. Cortez, S.P., 1994.

HUWS, U. Fixo, volátil, ou dividido: O trabalho, a identidade e a divisão espacial do trabalho no séc. XXI. Revista eletrônica Pegada, v. 7, n^o 2, nov. 2006

_____ The new gold rush: the new multinationals and the commodification of public sector work. In: Work organization, labour & globalization, v. 2, no. 2, Autumn, 2008

IANNI, O. A Sociedade Global. Editora Civilização Brasileira, 2ª ed. p 53-68. Rio de Janeiro, 1992

ISP BRASIL. A Privatização dos Serviços Públicos no Brasil. Publicação da Internacional de Serviços Públicos no Brasil (ISP). São Paulo, 2006.

<http://www.ispbrasil.org.br/dentro/imagens/privatizacao%20dos%20servicos%20publicos.pdf>

KUMAR, K. Da Sociedade Pós-industrial a Pós-Moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Ed. Jorge Zahar, R.J., 1997.

LEITE, M. P., SILVA, R. A. A Sociologia do Trabalho diante da Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica. BIB 42, 1996, 2º. Semestre.

LEME, A. A. A Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro: Uma abordagem sociológica acerca da privatização. Biblioteca depositária Comunitária UFSC – CAPES, 2003.

LORENZO, H. C. O setor de Energia Elétrica no Estado de São Paulo: 1900-1989. UNICAMP, 1987

_____ O Setor Elétrico Brasileiro: reavaliando o passado e discutindo o futuro. In: <http://www.eletronbras.gov.br/IN/setoreletrico.asp>. 20/11/2005.

LUKACS, G. História e Consciência de Classe. São Paulo: Martins Fontes, 2003

MACHADO, J. A. S. (org.). Trabalho, Economia e Tecnologia: Novas Perspectivas para a Sociedade Global - São Paulo: Tendenz; Bauru: Praxis, 2003. 2a. Ed.

MACIEL, M. L. Ciência, Tecnologia e Inovação: A relação entre conhecimento e desenvolvimento. BIB 54, 2002. 2º. Semestre

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

MARCELINO, P. R. P. Terceirização e ação sindical: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil. Tese de doutorado da Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2008

MARX, K. O Capital. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

NOGUEIRA, V. A. Reestruturação do Setor Elétrico: um estudo qualitativo das condições de trabalho e saúde dos eletricitários frente a privatização da CERJ. Tese de mestrado – Fund. Osvaldo Cruz, Esc. Nacional de Saúde Pública, 1999. In: http://portalteses.cict.fiocruz.br/transf.php?script=thes_chap&id=00002405&lng=pt&nrm=iso. 25/11/2005.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. Empresa Multinacionais no Setor de Energia Elétrica Brasileiro: Duke, Tractebel, EDF e AES. São Paulo, DEZ. 2007

OLIVEIRA, D. Urbanização e industrialização no Paraná. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, F. Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita. Ed. Vozes, Petrópolis – RJ, 1998.

_____ O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. Novos Estudos CEBRAP, n. 22 – RJ, Out. 1988

PEREIRA, L. C. B. A Reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Cadernos MARE de reforma do estado – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, Brasília, 1997

PINTO, A. P. Eficiência Técnica e Crescimento da Produtividade no Setor Elétrico Brasileiro: Evidência Empírica do Período 1997/1999. Biblioteca depositária Central da UFMG. CAPES, 2000.

ROSA, L. P. A Reforma do Setor elétrico no Brasil e no mundo: uma visão crítica. R. Janeiro, Relume Dumará, 1998.

_____ Participação Privada na Expansão do Setor Elétrico ou Venda de Empresas Públicas?. COPPE/URFG, 2003. 2ª edição

SANTOS, A. de O. Trabalho e Globalização: A crise do Sindicalismo Propositivo. Ed. Práxis, 2001

SANTOS, C. A. A “comodificação” de uma empresa pública: o caso da Companhia Paranaense de Energia – COPEL. Dissertação de Mestrado UEL, Londrina, 2009

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

SANTOS JUNIOR, S., FREITAS, H., LUCIANO, E. M. Dificuldades para o uso da tecnologia da informação. Art. publicado na RAE Eletrônica – Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração. www.rae.com.br/eletronica , jul/dez 2004.

SILVER, B. J. Forças do Trabalho: Movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. Ed. Boitempo, S.P., 2005

TAVARES, M. C. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. Campinas, Editora Unicamp, 1986.

VIEIRA, A., GARCIA, F.C. Gestão do conhecimento e das competências gerenciais: um estudo de caso da indústria automobilística. Art. publicado na RAE Eletrônica – Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração. www.rae.com.br/eletronica , jan/jun 2004.

VIEIRA, J. P. Energia Elétrica como antimercadoria e sua metamorfose no Brasil: a reestruturação do setor e as revisões tarifárias. São Paulo: Tese de Doutorado pela USP, 2005.

_____ Antivalor: um estudo da energia elétrica: construída como antimercadoria e reformada pelo mercado nos anos 1990. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

WOLFF, S. O espectro da reificação em uma empresa de telecomunicações: o processo de trabalho sob os novos parâmetros gerenciais e tecnológicos. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas UNICAMP, 2004.

_____ Percepção e Vivência Operária sob os Novos Parâmetros Gerenciais e Tecnológicos: o caso de uma empresa de telecomunicações. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife - PE, 2007.

_____ Informatização do trabalho e reificação: uma análise à luz dos programas de qualidade total. Universidade Estadual de Campinas UNICAMP, 2005.

ZUBOFF, S. Automatizar/informatizar: as duas faces da tecnologia inteligente. Art. publicado na RAE Eletrônica – Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração. www.rae.com.br/eletronica , nov/dez 1994.